

# CPI da máfia fiscal na Câmara

LUIZ MAKLOUF CARVALHO

SÃO PAULO – A Câmara Municipal de São Paulo deve votar hoje, com razoável chance de aprovação, uma nova proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito para a máfia dos fiscais – o maior esquema de achaque e extorsão já descoberto no sistema de administrações regionais da Prefeitura de São Paulo.

Derrotada no último dia 23, por 29 a 24, a proposta do vereador José Eduardo Martins Cardoso (PT) foi reapresentada na sessão de ontem à tarde. Além do aval das bancadas do PT, PC do B e PSDB, trouxe, como novidade, a assinatura de apoio de alguns governistas que haviam votado contra, entre eles o vereador Faria Lima, do PPB.

A proposta apresentada é mais ampla que a anterior – e permite a investigação de outros órgãos da prefeitura paulistana além das administrações regionais.

**Fiscalização** – Segundo o requerimento, a CPI deve apurar “possíveis irregularidades praticadas por servidores públicos, particulares e agentes políticos nas atividades de fiscalização, cessão e licenciamento na gestão da cidade de São Paulo”.

“Há uma grande possibilidade de aprovação, mas não sabemos as monobras que eles podem fazer”, disse o vereador petista. Pesou na balança, para a mudança do clima, a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo de quebra de sigilo bancário e fiscal do vereador e deputa-

do eleito Hanna Garib (PPB) – um dos principais acusados de liderar a máfia dos fiscais.

A decisão foi tomada na segunda-feira pelo desembargador Amador da Cunha Bueno Neto, vice-presidente do Tribunal de Justiça, a pedido do procurador-geral de Justiça de São Paulo, Luiz Antônio Marrey Filho. A quebra do sigilo abrange, além do parlamentar, sua mulher, Valéria Garib, seus filhos maiores de 21 anos e seu sócio Fouad Georges El Ghorayed (na empresa Ghogha empreendimentos Imobiliários).

O desembargador também determinou a obtenção de cópias de todas as matrículas de imóveis, veículos e contratos comerciais. “A decisão foi bastante adequada, e fiquei satisfeito com a sensibilidade do Judiciário”,

disse Marrey ao JORNAL DO BRASIL. “A investigação caminha e prospera, e é assim que deve ser.” Garib nega as acusações. O JB tentou falar com o vereador, mas não obteve retorno.

**Prisão** – A polícia prendeu ontem, por ordem da Justiça, a assessora do vereador Vicente Viscome (PPB), Tânia de Paula, sob acusação de ser cúmplice do político na cobrança de propinas dos camelôs da Zona Leste de São Paulo. Tânia prestou depoimento e negou todas as acusações.

Segundo as denúncias dos camelôs, a assessora Tânia de Paula exigia R\$ 1 mil por semana dos ambulantes para não enviar fiscais da prefeitura aos locais onde vendiam suas mercadorias.